

MANIFESTO PELA VALORIZAÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORADO DOS PROFESSORES DA REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia está voltada para a educação profissional, científica e tecnológica ancorada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas mais variadas regiões do Brasil. O grande desafio para esta rede concentra-se na preparação para o mercado de trabalho, na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável, inclusive com diversas ofertas de cursos superiores nas áreas tecnológicas.

Ao situarmos a educação como pilar de desenvolvimento social é crucial que a missão dos Institutos Federais se efetive com êxito e qualidade não havendo dúvidas sobre a importância do ingresso e manutenção de professores de alta qualificação. Neste sentido, um dos pilares da qualificação profissional, científica e tecnológica, no Brasil e no mundo, ainda tem sido sobre as titulações, a saber, as **titulações de doutorado**.

Os cursos de doutorado, além de permitir um aprofundamento nas áreas cursadas pelos profissionais, qualificam os profissionais da rede para o ensino, a pesquisa e a extensão, na perspectiva do desenvolvimento social, científico e tecnológico. Além disso, a atuação destes profissionais também visa a criação de projetos interdisciplinares e parcerias com institutos de pesquisas de alto padrão, em nível nacional e internacional, ampliando as referências da instituição e a qualificação da trajetória dos profissionais da rede que ampliam suas experiências nos temas estudados e pesquisados, facilitando a sua relação com a prática do ensino e a formação profissional de seus discentes.

No âmbito das discussões sobre o desenvolvimento social pela via da educação de ponta, em diversos países do mundo, incluindo o Brasil, é consenso a visão de que é necessário superar a visão de que apenas as universidades devam ser as únicas detentoras de conhecimento qualificado. Com isso, entende-se que as instituições que se proponham ao desenvolvimento humano, científico e tecnológico, em todos os seus níveis e modalidades de ensino, necessitam de **incentivo à qualificação docente**, principalmente via incentivo para uma sociedade com respostas inovadoras.

Para além da compreensão da educação como mercadoria, o que está em jogo na sociedade brasileira é um futuro com incentivo as inovações tecnológicas, a formação integral e ao desenvolvimento sustentável. São desafios que não podem andar separados, mas sim de forma complementar. Para tanto, é fundamental a valorização de estudos de doutorado, que de modo mais prolongados no processo de formação prepara e preparou profissionais a lidar com desafios de pesquisa (tese) em diferentes campos do saber.

No entanto, estes professores doutores, que passaram por esta qualificação e que atuam na rede dos institutos federais, não possuem nenhum incentivo a partir do momento em que foram deixados de lado pela implementação do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competência).

No Brasil, no âmbito educacional, o RSC se tornou uma ação exclusiva da rede dos Institutos Federais, onde surgiu com argumentos de que é preciso dar uma complementação salarial para os professores da rede que não puderam fazer cursos de especialização, mestrado e/ou doutorado em suas carreiras. Porém, o bônus a um professor mestre equivale ao salário de um professor doutor (Tabela 01).

Tabela 01: A Remuneração PEbTT e a desvalorização dos doutores evidenciada

Titulação	Vencimento	RT	Total
Graduados (sem RSC)	4.446,51	0,00	4.446,51
Graduados com RSC	4.446,51	683,29	5.129,80
Especialistas (sem RSC)	4.446,51	391,01	4.837,52
Especialistas com RSC	4.446,51	2.140,15	6.586,66
Mestres (sem RSC)	4.446,51	2.140,15	6.586,66
Mestres com RSC	4.446,51	5.123,90	9.570,41
Doutores (Sem RSC)	4.446,51	5.123,90	9.570,41
Doutores com RSC	<i>Não existe</i>	<i>Não existe</i>	<i>Não existe</i>

Remuneração de servidor em início de Carreira, Classe D-I, Nível 01, com Dedicção Exclusiva. Remuneração com vigência a partir de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/servidores/portal/carreira-e-remuneracao/TabelasdeVencimentosEBTTLEI13.32501.01.2017.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2017.

Apesar desta complementação salarial ser merecida, em muitos casos, a implementação do RSC já perdeu o seu propósito, pois muitos professores que o recebem abandonaram ou desistiram de fazer novos cursos de pós-graduação, especialmente, os de nível de doutorado. Salienta-se, que o projeto se tornou injusto e infundável nos seus objetivos, principalmente por muitos servidores mestres se inserirem na rede dos Institutos Federais e, em tempo imediato, passarem a receber seus salários como doutores sem, ao menos, terem defendido uma tese de doutorado¹.

Na contra mão de outros modelos educacionais da América Latina e do mundo, o Brasil, vide exemplo da rede dos Institutos Federais, é o único país que sofre desta esquizofrenia de incentivo à formação, onde ser professor/pesquisador doutor na área pública, em termos salariais, não representa para os doutores, de formação e qualificação, nenhuma motivação ou reconhecimento, salvo o *conhecimento* conquistado com grande perseverança, empenho e desempenho ao longo do período do doutoramento.

Em outras palavras, com a injusta implementação do RSC voltado apenas para um grupo seletivo de docentes, **atualmente na Rede dos Institutos Federais, os professores/pesquisadores doutores possuem seus salários equiparados com os professores mestres**. Com isso, criou-se uma situação constrangedora, a partir do momento em que ter um título de doutorado não acrescenta nenhum benefício à carreira, de tal modo, que em algumas situações passou a ser, inclusive, ridicularizado, em razão da falta de valorização para fins de complementação salarial, tal como verificado com os títulos de graduação, especialista e mestre. Nesse contexto, **os professores doutores se sentem traídos, enganados e injustiçados, pois para eles todo o sacrifício para unir qualificação com valorização no salário foi em vão**.

¹ Atualmente, é comum verificar na realidade dos Institutos Federais casos de mestres e doutores aprovados no mesmo concurso de provas e títulos, que tomam posse e começam a exercer a função na mesma data. Ironicamente, o mestre, logo ao ingressar, solicita o RSC e passa a receber o mesmo salário do Doutor. O mestre, tem, ainda, o direito de solicitar o afastamento para qualificação, ou seja, fazer o seu doutorado, ganhando o salário de doutor. Um custo duplo para o Estado.

Os estudos de Cirani *et al* (2015)² evidenciam que o aumento no número de programas de pós-graduação influencia diretamente a produção científica e tecnológica nacional e as perspectivas de desenvolvimento regional, pois quanto mais cursos de pós-graduação, desde que implementados com qualidade, maior será a produção de conhecimento e seu efeito amplificador no desenvolvimento dos lugares, das regiões e do próprio país.

Neste caso, a rede dos Institutos Federais também pode ser um farto campo para oferta de cursos de alto nível em pós-graduação. Claro que para isso, há a exigência de um quadro de docentes qualificados e incentivados em suas carreiras. Para tanto a valorização aos professores doutores é imprescindível e fundamental.

Por isso, nenhum setor da sociedade, inclusive a própria mídia, poderá compreender **porque o Brasil, pela rede dos institutos federais, desvaloriza seus professores doutores?**

Se por um lado, é certo que na sociedade meritocrática muitos professores não conseguiram chegar a um curso de doutorado. Por outro lado, é certo que muitos professores doutores abriram mão de muitas oportunidades na vida, por, injustamente, pertencerem a um modelo capitalista que lhe oferece um sistema falho de oportunidades, e que, em vão, os iludiu para buscar realizar o doutoramento com vistas à conseguir melhores valorizações profissionais. Por isso, na perspectiva crítica, corrigir um erro com outro erro não pode ser justificativa para implementar o RSC apenas para graduados, especialistas e mestres, excluindo a importância do título de doutorado, diante de um modelo educacional que deveria promover e cumprir com a valorização e capacitação docente em todos os níveis de formação.

Vale lembrar, que para os Institutos Federais, os professores/pesquisadores doutores, além de colaborarem com as atividades letivas, são fundamentais para a captação de recursos oriundos de fomentos externos como, por exemplo, CNPq, CAPES, FAO, entre outros, fato esse, fruto de investimento intelectual, financeiro e de tempo de cada docente/pesquisador com efetivo título de Doutor. Os professores/pesquisadores doutores ministram aulas, muitos deles nas modalidades do Ensino Médio Integrado ao Técnico, respeitando a proposta de verticalização do ensino, própria dos Institutos Federais. Atuam também em cargos de gestão, grupos de trabalho, comissões, lideram e participam de grupos de pesquisa (que são considerados atípicos, quando não liderados por um Doutor ou uma Doutora), elaboram pareceres para outras Instituições Federais e para revistas científicas, participam de congressos, tendo publicados os resultados de suas produções em periódicos científicos e livros, contribuindo enormemente para a promoção técnico-científica dos Institutos Federais no âmbito nacional e internacional. A atuação dos professores/pesquisadores doutores, de modo notório, subsidia cientificamente a constituição dos IFs em centros de excelência em ensino, pesquisa e extensão.

A não consideração dos Saberes e Competências dos professores/pesquisadores doutores para fins de RSC, gera e potencializa sentimento de desmotivação em muitos

² CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANRIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloísa Helena. **A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa**. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, vol0, nº1, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00163.pdf>
Aceso em 02, fev, 2017.

desses profissionais. Ressalta-se que se faz necessária a implantação de políticas de atração de doutores para os Institutos Federais, bem como para a permanência daqueles que já atuam nessas Instituições.

Neste cenário, a atuação dos sindicatos é de suma importância no sentido de valorizar o conhecimento através da carreira, afinal o sindicato ocupa um importante papel para mobilizar os diversos setores da sociedade para valorizar a carreira, o ensino e a pesquisa de qualidade.

Sabemos que no Brasil, para fazermos um curso de doutorado é preciso investir um tempo de vida de no mínimo quatro anos. Muitos apostam seus planos de vida para haver uma compensação. À frente desta batalha para conseguir o título ficam as marcas, da persistência, dos problemas de saúde, tais como estresse de alto nível; dos anos a mais abdicando do convívio familiar, dos gastos e desistências com a ampliação de carga horária no trabalho e, até mesmo, desistência de empregos para que seja possível, à frente da carreira, conquistar um retorno maior.

Na rede dos institutos federais, estes planos não funcionam porque existem vários casos de professores mestres e doutores que ingressam no serviço público tendo os mesmos salários, sentam lado a lado e convivem com esta constrangedora situação para ambos os lados. De 2012 até meados de 2016, foram 1.996 doutores ingressados na rede pública dos Institutos Federais que passaram a receber o mesmo salário do que mestres que entraram na mesma época.

Portanto, o presente manifesto representa a reivindicação de um grupo de milhares de professores que foram enganados pelo novo modelo de desvalorização da qualificação dos professores da Rede dos Institutos Federais no Brasil. Modelo que desmerece a importância do investir na qualificação, via doutorado, porque a trata como importante apenas no plano simbólico, excluindo o direito a um Reconhecimento de Saberes e Competências para uma situação de pós-doutorado, mesmo que na carreira as retribuições dos títulos deveriam chegar até o nível de doutorado.

Os professores qualificados pelos títulos já não são valorizados, aliás, nenhum professor no Brasil possui valorização salarial e com o desmerecimento da qualificação pelos títulos temos um fosso de desmerecimento, ainda maior.

A justificativa do RSC para mestres, especialistas e graduados foi, a princípio, um modo de fornecer uma complementação salarial aos professores que nunca tiveram condições de entrarem numa pós-graduação. Essa justificativa era razoável para a década passada, quando as oportunidades eram menores. Na atual conjuntura, com o crescimento das ofertas dos cursos de doutorado por todo o país, com as facilidades de afastamentos remunerados e com as melhorias nos meios de transportes e telecomunicações, as oportunidades estão ampliadas de modo a suprir as demandas de qualificação dos profissionais da educação na rede dos institutos federais.

O atual acesso facilitado aos cursos de doutorado no Brasil ou no exterior, via bolsas, não significa desvalorização dos professores graduados, especialistas e mestres que recebem e merecem continuar recebendo valorização salarial. No entanto, entende-se que o RSC para os professores/pesquisadores doutores também pode ser implementado e representado como um reconhecimento e valorização dos títulos, afinal o termo RSC, além de simbólico, é material no sentido de valorizar a trajetória e a formação

profissional de todos os professores. **Como é possível existir coerência no argumento de valorização de experiências e trajetórias apenas para um grupo seletivo? Pois afinal, não somos todos educadores, pesquisadores, com distintas trajetórias e experiências?**

A meritocracia realmente é um grave problema no Brasil e para curar seus males, teríamos condições de combatê-la, a partir do momento em que todos professores recebessem um dos melhores salários entre as profissões, independente de títulos. No entanto, enquanto não houver esta possibilidade precisamos seguir a regra da valorização da qualificação. **Atuar nesta perspectiva de reconhecimento, além de tornar efeito o princípio de isonomia, representará o princípio de justiça e democracia na grade das formações docentes.**

Portanto, nos manifestamos pela valorização do título de doutorado e solicitamos o RSC 4 para todos os professores/pesquisadores doutores, sem que seja retirado o direito dos outros professores mestres, especialistas e graduados. **Reivindicamos, por isonomia, uma complementação salarial para os doutores, em todos os níveis de carreira, e que os órgãos competentes possam encontrar saídas para a valorização dos docentes, de modo ético, justo e transparente.**

POR NENHUM RETROCESSO NA CARREIRA DOCENTE

POR NENHUMA CONTRADIÇÃO NA REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS

VALORIZAÇÃO AOS PROFESSORES DOUTORES JÁ!

OS SABERES E COMPETÊNCIAS DOS DOUTORES NÃO DEVEM SER SIMPLISMENTE IGNORADOS!

QUE O NOSSO SINDICATO, SINASEFE, EXIJA DO GOVERNO ESTE DIREITO!